

SOCIOLOGIA ECONÔMICA E HISTÓRIA NO PENSAMENTO DE BOURDIEU

Antonio Paulino de SOUSA¹

■ **RESUMO:** O artigo, resultado de pesquisas desenvolvidas em torno do pensamento de Bourdieu, propõe-se a estabelecer as relações necessárias entre sociologia econômica e história, no pensamento do referido autor. A sociologia econômica praticada por Bourdieu se interessa pela gênese das categorias instituição e mercado. A história está no centro da constituição do agente econômico e do próprio *habitus*. A história econômica demonstra bem a interação entre Estado e mercado. Na sua sociologia econômica, Bourdieu faz aparecer as contradições da emergência dos mercados e assim ele se aproxima da teoria da regulação.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia Econômica. História. Agente econômico. Mercado. Instituições sociais.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da relação entre sociologia econômica e história no pensamento de Bourdieu, cuja obra é perpassada por noções elementares da economia, assim como por hipóteses de trabalho construídas numa perspectiva histórica. O tempo histórico está no centro da construção do agente econômico, conforme se observa na própria noção de *habitus* e de campo econômico, construída pelo referido autor. Assim, a sociologia econômica de Bourdieu, que se interessa pela gênese das categorias, das instituições e dos mercados, fornece um ponto de partida para uma historicização da análise econômica

¹ UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. São Luís – MA – Brasil. 65110-000 – antonio.paulino@terra.com.br

e se configura como uma crítica à economia neoclássica. Nessa teoria, os economistas são considerados apenas como defensores e propagadores do mercado, portanto, próximos do poder político. O ponto de partida da sociologia econômica de Bourdieu são as sociedades pré-capitalistas. Ele se inscreve dentro de uma tradição sociológica que busca estabelecer a estreita relação entre a ação econômica e as instituições sociais.

A história econômica mostra bem a interação entre Estado e mercado. Em muitos casos a ação do serviço público torna possível a instituição do mercado (BOYER, 2003, p.67), é o caso específico analisado por Bourdieu (2000) em *Les structures sociales de l'économie*. A lógica do mercado da casa individual é construída e, ao mesmo tempo, controlada pelo Estado e pelos representantes das grandes empresas. A análise da emergência do mercado da casa individual nos mostra que as políticas habitacionais na França favoreceram as grandes empresas e fizeram crescer as desigualdades sociais.

Para Bourdieu, se os diferentes campos são unidos por certo tipo de solidariedade fundamentada na homologia das posições, elas são também opostas pela relação de concorrência e de conflitos relativos à taxa de conversão entre as diferentes espécies de capital que são constitutivos do campo. Assim, não se pode construir o indicador do capital independente do campo no qual o agente opera e nem tampouco das condições históricas da produção do capital. É a heterogeneidade das posições sociais que modela o *habitus* e o estilo de vida. A economia tende a considerar como exógena a heterogeneidade das preferências e das competências individuais. A análise de Bourdieu se interessa pelos fatores que determinam a distribuição das diversas formas de capital, assim como a sua evolução histórica.

É a longa história de todas as empresas que culmina na política habitacional tal qual ela se encontra realizada numa certa quantidade de instituições. Essa história é o resultado de uma relação de força estrutural entre os diferentes agentes ou instituições que agem em função da conservação ou da transformação do *status quo* em matéria de habitação. A análise que Bourdieu fez das políticas habitacionais nos leva a compreender a relação dialética entre sociologia econômica e história.

A história se introduz justamente pelo resultado que o investimento em um campo produz a partir da interação entre um espaço de jogo que define os *enjeux* e um sistema de disposições ajustadas ao jogo. O investimento é um efeito histórico que resulta da concordância entre duas realizações do social: nas coisas, pela instituição, e nos corpos, pela incorporação. A noção de *habitus* não é necessariamente adaptada e nem necessariamente coerente, pode acontecer que as disposições não estejam de acordo com o campo e com as expectativas coletivas que são constitutivas da sua normalidade. É a questão específica de um campo quando conhece uma crise profunda e vê as suas regularidades profundamente transformadas. Essa visão teórica está presente no conjunto dos trabalhos de Bourdieu (BOYER, 2003, p.70), segundo o qual tudo o que a ciência econômica coloca como um simples dado da natureza é, na verdade, produto de uma longa história coletiva que é, ao mesmo tempo, reproduzida pelas histórias individuais.

A economia nas sociedades pré-capitalistas

A análise das disposições econômicas das sociedades pré-capitalistas foi determinante para Bourdieu compreender comparativamente a economia capitalista. É nessa mesma perspectiva que Polanyi se inscreve. No prefácio à edição Francesa de *La grande transformation*, Louis Dumond comenta que a originalidade Polanyi consiste em olhar a sociedade moderna à luz das sociedades não modernas e estabelecer contraste constante entre essas sociedades (POLANYI, 1983, p.7). Nas sociedades pré-capitalistas, os comportamentos econômicos respondiam a motivações sociais tais como a conservação e a reprodução do status e não a motivações econômicas tais como a satisfação das necessidades materiais.

Ao analisar a relação entre antropologia econômica e história na obra de Karl Polanyi, Valensi afirma que a Europa do século XIX libertou a economia do seu contexto social e ideológico e instalou um processo através do qual os fatos econômicos vão dominar a sociedade, com a economia se desvinculando das relações sociais e sendo analisada como uma instância autônoma (VALENSI, 1974, p.1311). Isso significa que as atitudes e escolhas econômicas são resultados de uma escolha individual.

Polanyi (1983) e Godelier (1973) admitem que dificilmente um antropólogo aceitaria considerar as relações econômicas como um campo; a economia é um processo instituído de interação entre o homem e seu meio social e culmina na oferta contínua de meios materiais de satisfação das necessidades. O processo designa os movimentos de produção, apropriação e distribuição dos bens materiais e, nesses movimentos, intervêm os comportamentos ecológicos, tecnológicos e sociais. Mas a interação não é suficiente para definir a estrutura que é dotada de uma função e de uma história. Em consequência disso, intervêm um segundo termo que é a economia como processo instituído, e isso dá ao conceito de processo sua unidade, sua estabilidade e sua história.

A reciprocidade é favorecida pelo modelo institucional de simetria da organização social. Para Polanyi, o circuito *kula* se funda no princípio de reciprocidade e é uma das transações comerciais mais refinadas da humanidade. Nessa economia, a distribuição estava presente em grande escala (POLANYI, 1983, p.79). A reciprocidade intervém na produção e repartição dos produtos, pela prática do dom e do contradom, pelas distribuições e cerimônias de alimentação, etc. (BOURDIEU, 1977, p.32-33). Marcel Mauss, por sua vez, analisou todo o sistema de prestações totais e mostrou que eles não podem ser reduzidos a processos meramente econômicos.

É o processo de produção e de distribuição que determina as relações sociais, por isso o objetivo da sociologia econômica deve ser o de demonstrar os mecanismos desse processo. Na verdade, são os princípios da integração econômica que permitem definir os sistemas sociais. O modo de produção é a combinação das forças produtivas e das relações sociais de produção específicas que determinam o processo de produção e de distribuição dos bens materiais e simbólicos. Nas relações de produção, Godelier inclui, quando se trata de sociedades primitivas, as relações de parentesco que funcionam como relações de produção (GODELIER *apud* VALENSI, 1974, p.1316).

A economia de mercado, elaborada no século XVIII, não pode ser aplicada às sociedades pré-capitalistas porque, nela, a vocação da economia é o lucro, que é medido pelo preço que se exprime em moeda. Tanto Karl Polanyi quanto Bourdieu recusavam a aplicação das categorias da economia liberal para pensar as sociedades pré-capitalistas e nenhum dos dois declarou um rompimento com a teoria marxista.

Na história do pensamento econômico, nota-se que Marx está entre os teóricos que souberam guardar uma visão global da sociedade e integrar os fatores não econômicos à interpretação das sociedades pré-capitalistas. Marx e Engels reconheceram o caráter particular dos fenômenos econômicos das sociedades primitivas, estabelecendo a relação entre elas e as condições sociais e históricas. Na obra desses autores, há grandes linhas para uma teoria da economia tradicional (MEILLASSOUX, 1960, p.39-40). Bourdieu se inspirou não somente em Marcel Mauss, mas também em Marx (1972) para analisar a economia pré-capitalista na Argélia. Bourdieu se inscreve de forma crítica dentro de uma longa tradição da sociologia econômica.

Em um artigo clássico de 1960, Claude Meillassoux analisa o paradoxo dos fenômenos econômicos nas sociedades tradicionais. Face a essas sociedades, os economistas reagem de três modos: no primeiro, eles negam a existência de fenômenos econômicos dentro dessas sociedades. Sob este registro, essas sociedades não possuem um sistema econômico e os comportamentos observados são atribuídos a uma mentalidade particular ou a costumes irracionais. Nesse sentido, os primitivos não são exatamente homens porque não eram um *homo economicus*. A segunda atitude consiste em tentar atribuir ao primitivo a sua condição de homem gratificando-o com algumas das qualidades do *homo economicus*. Nessa perspectiva, os princípios da teoria econômica liberal são válidos implicitamente para todos os sistemas econômicos, a ação econômica é um fato dos indivíduos teoricamente livres e iguais. Uma terceira atitude consiste em ultrapassar as duas concepções anteriores. Considera-se que essas sociedades têm uma forma econômica e que essas economias obedecem a leis que lhes são próprias (MEILLASSOUX, 1960, p.39-40).

Assim como Meillassoux, Bourdieu não se fecha nos limites imprecisos e sempre discutidos da economia política, mas toma como objeto de estudo as coisas (objetos, meios e produtos do trabalho) consideradas como *foyers* de certas relações materiais ou pessoais, que ligam os indivíduos entre si ou a outras coisas. A principal característica econômica das sociedades tradicionais é que a finalidade da produção é a subsistência; o grupo produz a totalidade dos bens necessários à sua perpetuação e ao seu crescimento a partir dos recursos naturais (MEILLASSOUX, 1960, p.42). A autossubsistência aparece como um quadro econômico

no qual se elabora o modo de produção e o modo de circulação dos bens. O modo de produção implica relações de produção de caráter pessoal e imediato. A acumulação dos objetos portadores de prestígio social afirma a superioridade social de quem os acumula e estabelece princípios de classificação e de distinção.

O papel determinante das condições econômicas não aparece imediatamente porque as sociedades repousam sobre uma infra-estrutura fraca que dá, em proporção, uma importância maior aos fenômenos intelectuais. Isso desconcerta o economista que procura um determinismo econômico imediato e a verdade é que o sistema de circulação dos bens que ele observa se elabora por intermédio de um objeto não material (MEILLASSOUX, 1960, p.65). Tomados isoladamente, os objetos matrimoniais podem tornar-se objetos de prestígio, os quais terão por característica a conservação da ordem social quando circulam de baixo para cima, dos jovens em direção aos mais velhos, e de alteração quando circulam do alto para baixo, dos velhos em direção aos jovens. Isso significa que a troca só é significativa quando leva em consideração a identidade das partes e a orientação da transferência (MEILLASSOUX, 1960, p.53).

Para Meillassoux, é essencial orientar a pesquisa em direção a certas observações que dizem respeito, por exemplo, à natureza dos objetos em circulação e aos diferentes níveis nos quais eles se situam. A identidade dos protagonistas, a orientação da transferência, a sucessão no tempo, a origem social e geográfica dos objetos de troca generalizada ocupam certas funções monetárias. O estudo relacional da coletividade deve conduzir ao exame de conjuntos econômicos e geográficos. Nesse sentido, a sociologia econômica de Bourdieu se aproxima da sociologia econômica de Meillassoux e se diferencia na medida em que Bourdieu examina as diversas formas de capital.

A noção de capital é central em Bourdieu e não pode ser reduzida ao capital econômico. Com efeito, outras formas coexistem e são dotadas, *a priori*, de uma radical autonomia, como o capital cultural (diplomas, conhecimento, boas maneiras) ou o capital social, ligado à rede das relações que são mantidas pelo agente. É ainda uma lógica diferente que se opera para o capital simbólico: ele permite adquirir o equivalente do que é consequência de outras formas de capital como, por exemplo, o econômico. O interesse pela noção de capital na construção teórica de Bourdieu nos permite compreender o acúmulo

diferencial segundo as posições ocupadas dentro de cada campo considerado. Ele envia então a uma relação de dominação, da mesma forma que o capital econômico exprime uma espécie de dominação do capital sobre o trabalho. Nesse sentido, Bourdieu rompe com a sociologia das escolhas racionais na qual a interação é entre iguais, ao menos em direito (BOYER, 2003, p.67). A sociologia econômica foi uma das preocupações dominantes de Pierre Bourdieu, quase durante toda a sua vida, e um tema que perpassa todas as suas pesquisas.

A experiência social na Argélia

Bourdieu examina empiricamente cada capital em particular (econômico, social, tecnológico, cultural, etc.) e estabelece a relação recíproca e necessária entre os diversos capitais, baseando-se no método já instituído por Marx em *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 1972, p.165-166). Entende-se aqui por capital a força econômica da sociedade burguesa, que domina as relações e as condições sociais de produção. O capital constitui, para Marx, o ponto de partida e o ponto final e deve ser explicado antes da propriedade fundiária. A análise que Marx faz da produção material já estabelece claramente a relação entre sociologia, economia e história. A produção dos indivíduos é socialmente determinada (MARX, 1972, p.145).

É preciso estudar cada capital em particular para, posteriormente, examinar a relação recíproca entre os diversos capitais. A ordem econômica é determinada pelas relações sociais de produção e não se trata da relação de sucessão histórica das diferentes formas de sociedade. Trata-se da sua hierarquia dentro da sociedade burguesa moderna. O capital é o resultado de uma longa elaboração cuja gênese se encontra não apenas na infância e juventude de seu autor, mas na sociedade da qual faz parte. Ele é o resultado histórico de uma determinada quantidade de tempo de trabalho. É então a totalidade histórica da distribuição que forma o *curriculum vitae* do capital. Marx anuncia que vai fazer o que a economia burguesa não fez: fornecer a gênese da moeda e do papel do dinheiro na circulação das mercadorias (LEFEBVRE, 1971).

Em seus livros e artigos, Marx utiliza muitos conceitos (interesse, mercado, lucro, troca, capital, etc.) da economia em campos que não são propriamente econômicos. Bourdieu estendeu

esse raciocínio econômico a outros campos (o campo da arte, das práticas linguísticas, acadêmico, etc.), desnaturalizando a lógica própria desses campos. Esses termos da economia tomam outro sentido em cada campo no qual eles são aplicados. Eles são apenas o ponto de partida das análises que introduzem determinantes diferentes dos que são postulados pela teoria neoclássica ou a análise dos fatos sociais de Gary Berker. Bourdieu estabelece como princípio que todos os comportamentos sociais são revestidos de uma forma específica de interesse, de investimento. O interesse do qual fala não diz respeito ao *self-interest* de Adam Smith, que é a-histórico. Bourdieu impõe uma noção chave para analisar as sociedades contemporâneas e fazer sobressair melhor a lógica prática das interações dentro de um campo.

As disposições econômicas forjadas em uma economia pré-capitalista e as condições econômicas de imposição e importação através da colonização conduzem à consideração segundo a qual o acesso aos comportamentos econômicos elementares (trabalho, poupança, salário, crédito, etc.) não são dados naturais. O agente econômico “racional” é produto de condições históricas particulares. As práticas econômicas pré-capitalistas se inscrevem dentro de uma ordem social de transformações gerais das trocas monetárias e do cálculo econômico que colocam em crise um sistema de crenças. Esse é caso específico das transformações na Argélia.

No prefácio à primeira edição de *Algérie 60*, Bourdieu nos diz que, numa situação de transição entre as economias pré-capitalista e capitalista, a abstração objetivista, na qual se encontram os neomarginalistas e os marxistas estruturalistas, reduz os agentes econômicos a simples reflexo das estruturas objetivas, omitindo-se, assim, a questão da gênese das disposições econômicas e das condições econômicas e sociais dessa gênese (BOURDIEU, 1977, p.7). É visível que um dos autores visados é Althusser.

Bourdieu estudou as tradições de uma economia pré-capitalista que conservou sua lógica própria apesar da imposição de uma lógica de mercado. Em um artigo inédito, Bourdieu (2003a) analisa a discordância entre as disposições econômicas elaboradas por uma economia pré-capitalista e o cosmos de uma economia imposta e importada pela colonização. A teoria econômica registra e ratifica um caso particular de disposição econômica historicamente situada e datada sem se interrogar sobre as condições econômicas e sociais que

a tornam possível. É também o caso da “nova sociologia econômica”, que se esquece de historicizar as disposições econômicas que, como o campo econômico, têm uma origem social. Talvez por Bourdieu perceber o sofrimento dos trabalhadores rurais argelinos, desprovidos de racionalidade econômica exigida pelo sistema capitalista, ele teve a ideia de analisar estatisticamente as condições de possibilidade das disposições econômicas historicamente constituídas. Bourdieu se opôs à “nova sociologia econômica” que, segundo ele, não leva em consideração as condições históricas de produção das disposições econômicas (BOURDIEU, 2003a, p.79).

A teoria social de Bourdieu é resultado de um longo processo de construção que encontra suas raízes nos seus primeiros trabalhos sobre a Argélia. Ele deu uma grande importância às relações econômicas e sociais seguindo e reconstruindo de forma crítica os modelos teóricos elaborados por Karl Marx, Max Weber, Durkheim e Marcel Mauss.

Assisti Bourdieu dizendo várias vezes em seus seminários que viveu uma verdadeira experiência social na Argélia. Esse país conservou as tradições de uma economia pré-capitalista estranha à lógica do mercado, conheceu a guerra de liberação e sofreu as políticas militares de repressão, como o “*regroupement*” da população pelos militares franceses.

Essa brutalidade se expressa na instauração de um sistema jurídico que exige uma atitude econômica e, mais precisamente, uma atitude em relação ao tempo que é estranho ao espírito camponês. Além disso, há uma degradação das unidades tradicionais que foram focos de resistência contra a colonização e fonte de solidariedade de classe (BOURDIEU, 1964, p.82). O resultado é a destruição das bases econômicas de integração social. Dá-se aí a passagem da economia de troca para a economia de mercado e a conseqüente proletarianização dos camponeses (BOURDIEU, 1964, p.16-17).

É através dos estudos da sociedade camponesa argelina que Bourdieu percebe os limites das teorias econômicas clássicas. As mudanças na base da economia se tornam compreensíveis a partir da distinção entre as mudanças materiais (deslocamento da população, confisco das terras, etc.) e as novas condições de produção econômica, as formas jurídicas, políticas, artísticas ou filosóficas a partir das quais os homens tomam consciência dos modos de dominação e conflito entre duas lógicas antagônicas:

a pré-capitalista e a capitalista. Instaura-se, assim, a crise na agricultura, que é um sintoma que afeta o agricultor tradicional, o espírito camponês. A transformação implicou uma mudança de atitude em relação à agricultura tradicional e a instauração de um novo sistema econômico e social (SAYAD; BOURDIEU, 1964).

A análise das disposições econômicas “façonnées” por uma economia pré-capitalista e uma economia de mercado imposta de maneira brutal conduz à percepção de que o acesso aos comportamentos econômicos mais elementares (trabalho, crédito, poupança, regulação do nascimento, por exemplo) não é algo natural e que o agente econômico “racional” é produto de condições históricas bem determinadas no tempo e no espaço. Bourdieu critica, então, a economia política clássica, passando de uma economia política pura para uma análise das relações econômicas e sociais de produção e comercialização dos produtos do trabalho². Bourdieu fixou, nos seus primeiros trabalhos, as grandes linhas de sua descoberta mais importante, que é a teoria do *habitus*, que implica, necessariamente, em uma espécie de materialismo histórico.

Essa ideia se confirma no número especial, dedicado a Bourdieu, da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, com um artigo inédito sobre “*La fabrication de l’habitus économique*”. Nesse artigo, Bourdieu transcreve uma entrevista com um cozinheiro, feita em 1962, que reflete bem o sentido da prática econômica que orienta as ações e as representações de um membro da classe operária argelina. Tal produção exprime bem a importância das primeiras pesquisas e o significado delas para a elaboração da teoria social de Bourdieu.

Esse pensamento reflexivo está presente em Marx. Percebe-se que *O Capital* é um constante retorno reflexivo aos primeiros escritos de Marx e, sobretudo, à *Contribuição à crítica da economia política*. A crítica do *homo economicus* é seguida da especificação do seu método que se opõe à análise abstrata dos conceitos gerais da economia e também ao estudo da ordem a partir dos quais os fenômenos aparecem. É nesse sentido que Bourdieu se aproxima de Marx.

Esses primeiros trabalhos mostram que Bourdieu já elaborou uma crítica profunda do *homo economicus* moderno. Bourdieu estuda as condições de existência histórica das práticas

² Marx demonstra as contradições da economia clássica em *Contribution à la critique de l’économie politique*.

econômicas, tendo como ponto de partida a crítica das teorias clássicas da economia. São as questões práticas que o levaram a estudar o sentido prático dos comportamentos sociais, da mesma forma que foram as deliberações sobre o roubo de madeira e a divisão da propriedade fundiária, os debates sobre o *libre-échange* e o protecionismo que deram elementos fundamentais para Marx estudar as questões econômicas (MARX, 1972, p.18). Os interesses de classe têm, para Marx, um papel determinante na transformação da sociedade. No entanto, enquanto classe é definida em termos econômicos, os interesses não são prioritariamente econômicos, mas sociais (POLANYI, 1983, p.204-207).

Quando Bourdieu fala das condições de produção, ele se refere às condições de produção num estágio determinado do desenvolvimento social das condições de produção de um indivíduo vivendo numa sociedade e pertencendo a uma classe social precisa. É necessário seguir o processo histórico de desenvolvimento das diversas fases do processo de produção do *habitus economicus*. No processo de análise histórica das condições sociais de produção, é necessário se ocupar de uma época histórica determinada, por exemplo as condições sociais de produção do *habitus* camponês na Argélia.

É preciso salientar que em todas as épocas existem condições de produção que têm certas características em comum e, portanto, certas determinações sociais. Mas somente a análise comparativa permite estabelecer os traços comuns que formam um conjunto complexo de relações cujos elementos são divergentes. Assim, não há produção sem as condições específicas de produção que, em um primeiro momento, são os instrumentos de produção. Para Marx, esse instrumento é a mão. Desta forma, não há produção sem trabalho passado acumulado e esse trabalho é o *habitus* que o exercício repetido acumulou na mão do trabalhador³. Em outros termos, o capital é também um instrumento de produção e é igualmente trabalho passado acumulado, materializado e objetivado. Mas a produção não é apenas uma produção particular, mas sim o resultado de um conjunto de relações sociais determinadas de um indivíduo social que exerce a sua profissão dentro de um conjunto vasto de ramificações de produção.

³ É preciso lembrar que, conforme diz Marx, as formas de produção engendram as suas próprias relações jurídicas e as suas formas de governo (MARX, 1972, p.149).

Baseando-se em Marcel Mauss, Bourdieu observa que as principais características das práticas pré-capitalistas, no caso específico da sociedade Kabile do fim da era colonial, podem estar ligadas ao fato de que as trocas entre parentes e vizinhos obedecem à lógica da prestação e da contraprestação, dom e contradom (BOURDIEU, 1964, p.32-36). As pessoas honoráveis não vendem o leite, a manteiga, a farinha, os legumes, as frutas, etc. Para eles, a lógica consiste em fazer os vizinhos se beneficiarem desses produtos que estão na base da alimentação. É a mesma coisa para os serviços, regulados por normas estritas de reciprocidade e gratuidade. É assim que a *charka* do boi (empréstimo de um boi por um tempo determinado, feito por um camponês, em troca de certa quantidade de grãos) só pode ser feita entre pessoas externas ao grupo.

Essa relação instaura diversas maneiras de dissimulação e eufemismo destinados a mascarar ou recusar as potencialidades mercantilistas da relação. Aquele que empresta joga o jogo porque para ele é melhor esconder uma troca, que não é estritamente conforme a equidade. O capital nunca pode ser percebido e nem tratado como tal. Nessa relação, há uma repressão⁴ do interesse estritamente econômico que governa o campo econômico. As relações, que se reduzem a uma dimensão puramente econômica, são consideradas como relações de guerra e só podem ser engajadas entre estranhos.

O mercado é o local da guerra econômica onde há o confronto entre os desconhecidos. Nesse caso, substituem-se as relações pessoais pelas relações impessoais e anônimas e para isso é necessário tomar todas as garantias para se estabelecer a relação entre o vendedor e o comprador (BOURDIEU, 2003a, p.80). Assim, as estratégias de honras, que regulam as trocas nas sociedades pré-capitalistas, não são totalmente ausentes nas relações estabelecidas no mercado capitalista. A lógica do mercado ou a lógica da guerra nunca são verdadeiramente aceitas e reconhecidas enquanto tais, mas desprezadas. Bourdieu encontra essa mesma lógica que impede que a terra se torne uma pura mercadoria no Béarn e é isso que lhe permitiu compreender melhor a lógica da economia camponesa na Argélia. A lógica econômica não é totalmente independente da lógica das relações sociais na qual ela está inserida.

⁴ Essa mesma repressão tende a orientar o campo da produção artística na medida em que esse campo se constrói historicamente.

Tudo muda a partir dos anos 1960 na Argélia. Nota-se o surgimento do comerciante que trabalha durante todo o dia e não quer mais exercer sua profissão de camponês, deixando a terra aos filhos ou a um irmão. O comércio agora é distinto da casa e tem horários de abertura fixos. Esta ascensão dos comerciantes é um sinal da destruição da sociedade pré-capitalista, como bem demonstra Bourdieu através das entrevistas com os camponeses (BOURDIEU, 2003a, p.81-82).

As condições econômicas de acesso às práticas econômicas

O estudo das transformações das práticas econômicas permite ver que o que está em jogo é um estilo de vida, ou melhor, um sistema de crenças. Durkheim não poderia imaginar, ao colocar os fatos da crença no centro da sociologia científica, que as crenças econômicas se tornariam uma das crenças coletivas mais eficientes. A sociologia econômica de Frédéric Lebaron, por sua vez, coloca as crenças no centro da análise econômica (LEBARON, 2000).

Bourdieu pensa a economia como um sistema de crenças. Essa problematização tem início a partir das observações etnográficas legitimadas pela análise estatística, a lógica prática da economia pré-capitalista, ao mesmo tempo tenta escrever a gramática dessa lógica. Ele contribui para a compreensão das disposições como cálculo dos custos e benefícios, o empréstimo a juros, a poupança, o investimento e as condições econômicas e culturais de acesso ao comportamento dito racional. Como bem diz Wittgenstein (1995), não se emprega a noção de cálculo em razão do seu charme, mas em razão das suas consequências práticas. O aprendizado da economia moderna não se reduz a uma dimensão puramente técnica.

O princípio de todas as transformações da visão de mundo consiste na aquisição do espírito de cálculo, que não se confunde com a capacidade de calcular. A submissão de todos os comportamentos à existência de uma razão calculadora consiste em romper com a economia da confiança e da equidade que rege as relações entre parentes e que repousa na denegação do cálculo. A recusa do princípio do cálculo nas trocas entre os familiares é a recusa da obediência ao princípio da economia como propensão e atitude a economizar ou a fazer economia. É dessa

transformação de valores que emerge a economia tal qual nós a conhecemos hoje. Economistas como Gary Becker legitimam essa lógica quando utilizam-se de modelos construídos a partir da racionalidade calculadora (BOURDIEU, 2003a, p.80).

Bourdieu estabeleceu que, abaixo de certo nível de segurança econômica, garantido pela estabilidade de emprego e por um mínimo de salário regular, os agentes econômicos não podem conceber nem cumprir a maioria dos comportamentos que supõem um esforço para fazer previsões sobre o futuro, como a gestão calculadora dos recursos dentro de um determinado tempo, a poupança, os créditos ou o controle da natalidade (BOURDIEU, 1964). Isso significa dizer que há condições econômicas e culturais que permitem o acesso aos comportamentos econômicos ditos racionais, os quais são resultado de um longo processo histórico coletivo e individual bem particular.

A transcrição de uma entrevista, feita em 1962 no período da guerra de independência da Argélia, nos dá uma visão do processo de aquisição coletiva das disposições econômicas pelo qual passou a geração da guerra que tinha o mínimo de capital econômico e cultural para adquirir certas práticas econômicas modernas. Para Robert Boyer, na teoria da reprodução de Bourdieu o que está velada é uma teoria da transformação da sociedade. Todos os primeiros trabalhos sobre a Argélia fazem essencialmente uma análise das transformações econômicas e sociais e o tema da crise será constantemente retomado em outros trabalhos e campos, bem como os conceitos de *habitus* e de *campo* que têm por objetivo uma abordagem histórica a qual visa identificar a gênese, a institucionalização e, em seguida, os diferentes fatores de transformação e crise de um campo. Robert Boyer lamenta que poucos economistas tenham lido os princípios de uma antropologia econômica que conclui a obra intitulada *As estruturas sociais da economia*. Há vários fatores que contribuem para a mudança e essa tipologia ultrapassa o quadro do mercado estudado.

É preciso lembrar que a reprodução das posições de um campo supõe recriação permanente das desigualdades de distribuição da forma de capital que é discrepante. A perpetuação da dominação não pode se fundar sobre a reprodução idêntica das estratégias visto que ela supõe também uma inovação. A entrada de novos agentes torna as estruturas do campo passíveis de modificação. Esse fator é crucial em economia, visto que a

pressão que visa a inovação para fazer aparecer novas fontes de lucro conduz, no momento de certos períodos históricos, a uma mudança nas estruturas produtivas (BOYER, 2003, p.71-72).

Assim, o quadro conceitual que parece privilegiar a noção de reprodução coloca em permanência a questão da transformação de um campo. Na terminologia de Bourdieu o campo é dotado de certa plasticidade e se distingue do conceito de aparelho, pois um campo se torna um aparelho quando os dominantes têm os meios de anular a resistência e as reações dos dominados. Ou ainda, a luta permanente no interior de um campo é o motor do campo. Nota-se que não há nenhuma antinomia entre estrutura e história, a estrutura do campo é também o princípio da sua dinâmica.

A emergência do mercado de casa individual

A casa individual, enquanto bem material exposto, exprime o ser social de seu proprietário, seus meios, seus gostos e o sistema de classificação que está engajado no processo de apropriação. A casa é um investimento não apenas econômico, mas também afetivo. Ela é um bem de consumo de um custo elevado e promove ocasião de uma decisão econômica difícil. A oposição entre uma grande casa e uma pequena se situa dentro da ordem social e é, ao mesmo tempo, fundamento das desigualdades sociais que separam as classes dominantes e dominadas. A decisão de comprar uma casa financiada pode ter repercussões negativas em todo o ciclo da vida doméstica. Mas ela pode ser também uma poupança não financeira, visto que o seu valor pode aumentar ou se conservar.

A casa individual é um elemento central do patrimônio, que pode ser transmitido como herança. Em algumas tradições culturais, camponesas ou aristocráticas, a palavra casa é uma entidade social cuja transparência em relação às pessoas que vivem se afirma pelo ato de dispor de bens materiais e simbólicos que podem ser transmitidos diretamente. Em muitas sociedades, a construção de uma casa é uma ação coletiva que mobiliza um grupo de voluntários e que, muitas vezes, coincide com a fundação de uma nova família. Ainda hoje o projeto de fazer construir é mais ou menos associado ao projeto de fundar uma família, ou seja, a criação de um grupo social unido pelos laços de aliança e de parentesco (BOURDIEU, 2000, p.34-35).

A reestruturação do sistema matrimonial corresponde à reestruturação da sociedade global, na qual a oposição entre cidade e campo (local de residência) conduz a um processo de diferenciação social. Assim, o acesso à casa individual (moderna) é uma ocasião de mudança cultural que exige a adaptação a um novo estilo de vida e novas relações sociais (BOURDIEU, 1977, p.77). A casa é então definida em relação à organização interna e em relação ao mundo exterior. A significação do movimento em direção ao exterior se percebe perfeitamente por ocasião dos ritos de instituição que estimulam a luta e o combate. A casa individual é carregada de significação e é difícil não perceber que o sujeito econômico não tem nada de uma pura consciência e que a decisão econômica não é a de um agente econômico isolado, mas de um coletivo, família, grupo ou empresa que funcionam da mesma forma que um campo.

É nos anos 1960 que se impõe, na França, uma política neoliberal com o objetivo de reconciliar aqueles que veem na ascensão à propriedade de uma casa individual uma maneira de ligar os novos proprietários à ordem estabelecida assegurar a cada um o direito a aquisição de um patrimônio mínimo. Em setembro de 1966, se coloca em prática o processo de construção do mercado *hypothécaire*, que abria aos bancos a faculdade de oferecer créditos a longo prazo e redução de entrada, ao mesmo tempo em que as novas modalidades de intervenção eram ofertadas às instituições financeiras. Essas medidas favoreceram principalmente as grandes construtoras que têm a capacidade de orientar as ações do Estado.

Observa-se que a instituição do mercado corresponde a um processo de mobilização de diversas estratégias dos diversos agentes sociais e do poder de legitimação do Estado. Um mercado toma forma quando os intermediários podem transformar a informação sobre a oferta e a procura em uma fonte de lucro, graças à organização de um mercado. No caso específico deste trabalho, o mercado da casa individual diz respeito a uma demanda e oferta feitas pelas construtoras que se beneficiam da subvenção pública. Pode-se dizer, ainda, que é a aliança entre as grandes construtoras e o Estado – este último representado por economistas e especialistas em problemas do financiamento habitacional. O mercado enquanto construção social desmente a concepção de um campo como espaço de reprodução perfeita. Nos dois casos, o Estado contribui na constituição dos componentes que fazem emergir o mercado (BOYER, 2003, p.68).

Bourdieu faz uma análise do período 1974-1976, que é o momento em que a política habitacional tornou-se objeto de muitas reflexões e reformas. Ele delimita um momento de crise, onde os antagonismos se declaram e no qual se coloca em prática a ordem regulamentar que permaneceu em vigor até fim de 1980. Ele evoca, em grandes linhas, a história das iniciativas inovadoras que preparam a reforma da ajuda à habitação. A análise determina o que era em 1975, na véspera da reforma, a estrutura de distribuição das forças entre os agentes eficientes, ou seja, entre indivíduos que tem uma força capaz de orientar efetivamente a política habitacional porque eles possuem certas propriedades que agem no campo (BOURDIEU, 2000).

A elaboração de uma lista dos indivíduos eficientes nos permite compreender a lógica prática da interação entre o Estado e as grandes construtoras de casas individuais, o que favoreceu a emergência de um novo mercado. A delimitação da população dos indivíduos eficientes – diretores de grandes direções dos ministérios envolvidos, diretores de bancos, promotores, dirigentes de organismos profissionais, etc. – permitiu explicitar *les atouts* (os trunfos) que conferem essa eficiência. Para caracterizar cada uma das personalidades, Bourdieu levou em conta a idade, sexo, local de nascimento, origem social, estado civil (quantidade de filhos), os estudos secundários e superiores, asdecorações, o corpo e o setor ao qual o indivíduo pertence. Essas informações foram retiradas das entrevistas (BOURDIEU, 2000, p.153).

Bourdieu propõe um verdadeiro modelo explicativo das estratégias individuais e coletivas ao levar em conta o conjunto dos agentes eficientes e o conjunto de propriedades que se configuram como princípio da eficácia da ação. Para um historiador da empresa, como Patrick Fridenson, pensar a empresa nos leva a perceber que as diferentes lógicas da ação que orientam os indivíduos formam um coletivo organizando-se bem.

Essa insistência de Bourdieu nas práticas perante as experiências sucessivas que os agentes fazem com o mundo social tem para o historiador duas outras vantagens. Ela revaloriza, contrariamente a preconceitos intelectualistas ou voluntaristas, frequentes numa parte dos historiadores de empresas, a importância das referências ligadas ao mundo técnico. Além disso, sustenta as enquetes sobre a difusão das práticas de uma empresa ou de uma nação a outra

e sobre os meios e as mídias pelos quais essas práticas podem se propagar. Em suma, ela oferece uma ideia complexa (FRIDENSON, 2005, p.168).

A estrutura da distribuição do poder e dos interesses específicos determina e explicita as estratégias dos agentes e, através disso, a história das principais intervenções. Bourdieu identifica as três personalidades dominantes no que se refere às intervenções: Raymond Barre, que é conhecido enquanto economista pelas suas ideias liberais; Jean-Court-Galignani e Georges Crepery, ambos especialistas em problemas do financiamento habitacional, representando, sozinhos, todo um programa. Mas nem os representantes do poder público e nem os porta-vozes dos interesses privados formam um conjunto homogêneo. Os agentes são atravessados por divisões objetivas que se retraduzem em confrontações dentro do campo econômico (BOURDIEU, 2000).

A análise de Bourdieu manifesta a distribuição das forças em presença e, através das implicações sociológicas que unem as tomadas de posições, revela o princípio das estratégias de luta que visam a conservar ou a transformar: de um lado, o Ministério das Finanças e, do outro, o Ministério do *Équipement* e todos os organismos ligados ao desenvolvimento da habitação social. Uma análise minuciosa da lógica complexa do campo burocrático permite constatar e compreender a ambiguidade intrínseca do funcionamento do Estado. E não há dúvidas de que se impõe, obedecendo à lógica da neutralidade burocrática, uma política conforme os interesses dos bancos e das grandes construtoras, criando assim um mercado de crédito bancário para empresas pequenas e médias, que coexistem no mesmo mercado da “política habitacional” (BOURDIEU, 2000, p.114-115), cujas regras que regulam a ajuda pública à construção e o acesso ao crédito introduzem, assim, uma arbitragem entre os ocupantes de posições diferentes no campo de produção econômica. O mercado da casa individual é controlado, direta ou indiretamente, pelo poder público. O Estado elabora as regras específicas de funcionamento através da *réglementation spécifique* e, a isso, se acrescenta a infra-estrutura jurídica (direito de propriedade, direito comercial, direito ao trabalho, direito dos contratos).

Para compreender a lógica desse mercado, burocraticamente construído e controlado, Bourdieu descreve a gênese das regras e regulamentos que definem o funcionamento, ou seja, a história

social do campo fechado onde se afrontam, com armas e objetivos bem diferentes, os membros da alta função pública – competentes em matéria de habitação, de construção ou de financiamento – e os representantes de interesses privados no campo da habitação e do financiamento (BOURDIEU, 2000, p.116).

O campo da alta função pública é o local de um debate permanente a respeito da função do Estado. Segundo esse autor, os funcionários, que estão ligados às organizações burocráticas, orientam sua existência em função da defesa da existência dos organismos e trabalham para cumprir suas atribuições. A lógica histórica de todas as empresas reformadoras, que encontram o seu apogeu na política habitacional, favorece a lógica do mercado.

A comercialização da casa individual

A comercialização exige a atuação de um mediador fundamental, que é o vendedor. Na estrutura do campo burocrático, o vendedor e o construtor, na maioria dos casos, agem como representantes legítimos da transação e também como representantes dos bancos. A ambiguidade, que está objetivamente inscrita na instituição, se exprime também nas estratégias linguísticas dos empregados e dos vendedores que dispõem de duas linguagens: a linguagem neutra da burocracia bancária e a linguagem pessoal e familiar da existência ordinária (BOURDIEU, 2000, p.124-193).

O estabelecimento de um crédito pessoal ou personalizado supõe a coleta prévia de um conjunto de informações sobre a pessoa. O vendedor ocupa uma posição estratégica na medida em que é por ele que, em grande parte, se deve realizar o ajustamento entre o produto e o comprador, logo entre a empresa e o seu cliente. Essa lógica exige que o vendedor busque a confiança e se identifique com o cliente. Bourdieu observou que a lógica do modelo poderia fazer esquecer que o ato de compra está implicado, e praticamente incluído, no conjunto das condições a serem preenchidas para comprar a casa individual. O ato econômico não é simplesmente o efeito de uma necessidade mecânica, que se exerce através dos agentes susceptíveis de serem substituídos pelas máquinas, ele só se realiza na medida em que leva em consideração uma forma social particular, ligada às particularidades sociais dos agentes engajados nas trocas e aos efeitos de proximidade e distância hostil (BOURDIEU, 2000, p.211).

No ato da compra da casa individual, os compradores agem, muitas vezes, contra os seus próprios interesses particulares por não possuírem o espírito de cálculo. No caso específico da compra da casa individual, Bourdieu constata que há um índice de pessoas que não consegue pagar e outros que encontram dificuldades até mesmo nos momentos de reformar a casa. Há aqueles que são obrigados a vender a casa ou permanecer numa situação de miséria pequeno-burguesa devido às decepções e aos fracassos por terem se engajado em projetos grandes considerando apenas as aspirações e não as possibilidades reais e o poder de compra (BOURDIEU, 2000, p.183).

O financiamento da casa individual constitui o modo de aquisição mais frequente e a prestação pesa cada vez mais sobre a renda mensal das famílias que se tornam proprietárias cada vez mais cedo. Elas não esperam a herança dos pais, cuja casa é vendida na maioria dos casos. Outro ponto destacado refere-se ao fato de que a taxa mais alta de proprietários encontra-se no setor social caracterizado pela predominância do capital econômico sobre o capital cultural, particularmente dos patrões da indústria, do comércio, grandes e pequenos agricultores. No entanto, a ascensão à casa individual conheceu um crescimento maior nas regiões onde o espaço social é mais definido pelo capital cultural sobre o econômico (BOURDIEU; SAINT MARTIN, 1990). Uma parte importante das categorias sociais fez da compra da casa individual uma forma de investimento.

Bourdieu analisa bem a importância estratégica do vendedor. A sua abordagem da relação comercial se aproxima da visão que Engels tem da economia política cuja constituição é o resultado perfeito da expansão do comércio, que é um sistema perfeito de tração institucionalizada (ENGELS, 1998).

Conclusão

É fornecendo às teorias econômicas um fundamento antropológico, centrado na gênese social das disposições e da racionalidade econômicas, que a economia passa a adquirir o seu espaço como ciência histórica (BOURDIEU, 1997). Bourdieu faz uma crítica não apenas a alguns aspectos da teoria econômica, mas aos princípios da construção econômica tais como a representação do agente, da ação e de suas preferências ou de suas necessidades. A maior parte dos economistas faz uma

descrição da relação entre os compradores, vendedores e o cenário no qual se desenvolve a negociação partindo de uma filosofia individualista da microeconomia do agente como teoria da escolha individual operada pelos agentes e livre de todas as coerções estruturais.

Críticos das hipóteses da teoria neoclássica relativas à racionalidade, à questão do tempo e à noção de equilíbrio, bem como os trabalhos regulacionistas, encontram na sociologia de Bourdieu a pesquisa de uma lógica da ação que é compatível com uma abordagem histórica e institucional. Nota-se que existe certa homologia entre a sociologia econômica de Bourdieu e as pesquisas econômicas institucionalistas da teoria da regulação (BOYER, 2003).

A sociologia econômica de Bourdieu e a teoria da regulação de Robert Boyer se encontram no momento em que suas ambições consistem em superar a abordagem dos economistas ortodoxos que são incapazes de explicar a crise econômica do capitalismo levando em consideração a dimensão social, institucional e histórica dos fenômenos econômicos. Os modos de regulação são deduzidos das condições históricas de produção econômica (GRENIER, 1998). Uma das contribuições importantes de Bourdieu para a economia é fazer aparecer as condições sociais da emergência dos mercados a partir de certas particularidades esclarecedoras do mercado da casa individual. O poder de Estado está no centro das transformações da maior parte dos campos e das formas institucionais.

A rejeição do *homo economicus*, dotado de uma racionalidade substancialista, de uma capacidade de cálculo excepcional e de um poder de antecipação quase perfeito, conduziu à aceitação do conceito de *habitus*, entendido como matriz dos comportamentos, fortemente marcados pela história. Para a ortodoxia econômica a oferta, a demanda e o mercado são produtos da natureza. A principal contribuição das análises empíricas de Bourdieu está em fazer com que esses dados apareçam como produto de uma construção social, como um artefato cuja natureza das múltiplas relações implicadas no campo econômico somente a história pode nos fazer compreender. A emergência de uma verdadeira teoria econômica depende do rompimento com os pré-julgamentos para se afirmar como uma ciência histórica. Isso implica no fato de que a teoria econômica deve tomar como ponto de partida a crítica histórica de suas categorias e conceitos.

E porque não concluir com o pensamento de um dos grandes amigos de Bourdieu, Jacques Bouveresse, segundo o qual a grandeza de Bourdieu consiste antes de tudo no fato de que sua obra tem uma direção, e uma direção que ele manteve constante (BOUVERESSE, 2003).

SOUSA, A. P. de. Economic sociology and history on Bourdieu thinking. *Perspectivas*, São Paulo, v.41, p.169-192, jan./jun. 2012.

■ **ABSTRACT:** *This paper is the result of developed researches around Bourdieu's thought, and its goal is to establish the existent relations, in the thoughts of the mentioned author, between economic sociology and history. In practice, Bourdieu's is interested in the genesis of categories, such as institution and market. The history is in the center of the constitution of the economic agent and its "habitus". The economic history clearly shows the interaction between State and markets. In his economic sociology, Bourdieu highlights the contradictions of the emerging markets and thus gets closer to the regulation theory.*

■ **KEYWORDS:** *Economic Sociology. History. Economic agent. Market. Social institutions.*

Referências

BOURDIEU, P. *Algérie 60*. Paris: Les éditions de minuit, 1977.

_____. La fabrique de l'habitus économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v.150, 2003a. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

_____. Le champ du pouvoir. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v.119, 1997.

_____. Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v.119, 1997. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 20 out. 2009.

_____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Editions du Seuil, 2000.

_____. ; SAINT MARTIN, M. Le sens de la propriété. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v.81-82, n.81, 1990. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

_____. ; SAYAD, A. *Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les éditions de minuit, 1964.

BOUVERESSE, J. *Bourdieu savant et politique*. Paris: Agone, 2003.

BOYER, R. L'anthropologie économique de Pierre Bourdieu. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v.150, 2003. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 26 abr. 2009.

ENGELS, F. *Esquisse d'une critique de l'économie politique*. Paris: Editions allia, 1998.

GODELIER, M. *Horizon. trajets marxistes en anthropologie*. Paris: Maspero, 1973.

GRENIER, J-Y.; BOYER, R.; SAILLARD, Y. (Dir). Théorie de la regulation. L'État des saviors. Paris, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v.53, n.3, 1998. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 07 mar. 2011.

LEBARON, F. *La croyance économique*. Les economistes entre sciences et politique. Paris: Seuil, 2000.

LEFEBVRE, H. *L'idéologie structuraliste*. Paris: Éditions Anthropos, 1971.

MARX, K. *Contribution à la Critique de l'Économie Politique*. Paris: Éditions sociales, 1972. Disponível em: <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>. Acesso em: 06 mar. 2011.

MEILLASSOUX, C. Essai d'interprétation du phénomène économique dans les sociétés traditionnelles d'auto-subsistence. *Cahiers d'études africaines*, Paris, v.1, n.4, p.38-67, 1960. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 06 mar. 2011.

POLANYI, K. *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1983.

VALENSI, L. Anthropologie économique et Histoire: l'oeuvre de K. Polanyi, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v.29, n.6, 1974. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 07 mar. 2011.

WITTGENSTEIN, L. *Cours sur lês fondements des mathématiques*. Paris: Éditions T.E.R., 1995.

Bibliografia consultada

BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genebra: Drozm, 1972.

_____. Introduction. Pierre Bourdieu et l'anthropologie. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v.150, p.5-8, 2003b. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 07 mar. 2011.

_____. Le mort saisi le vif. Les relations entre histoire réifiée et l'histoire incorporée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v.32, n.1, 1980. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 03 out. 2009.

_____. Sur le rapport entre la sociologie et l'histoire en Allemagne et en France, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v.106, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 20 out. 2009.

_____. Un signe des temps. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v.81-82, n.81, 1990. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

_____. ; CHRISTIN, R. La construction du marché. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v.81-82, n.81, 1990. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

COLLIOT-THÉLÈNE, C. La sociologie réflexive, l'anthropologie, l'histoire. *Critique*, Paris, tome LI, n.579-580, 1995.

FRIEDSON, P. O universo incerto das empresas. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R-M. (Org.). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HOBBSAWM, E. Sociologie critique e histoire sociale. In: BOUVERESSE, J.; ROCHE, D. (Dir.). *La liberté par la connaissance Pierre Bourdieu (1930-2002)*. Paris: Odile Jacob, 2004.

LIPIETZ, A. La régulation: les mots et les choses. A propos de la théorie de la regulation: une approche critique de Robert Boyer. *Revue économique*, v.38, n.5, p.1049-1060, 1987. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 7 mar. 2011.

NEIL, F. Rhétoriaue et réalites de la mondialization. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v.119, 1997. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 19 set. 2009.